

O CAFÉ, A ESCRAVIDÃO E A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

MINAS GERAIS / RIO DE JANEIRO – BRASIL – SÉCULO XIX E XX

CARLOS MAGNO GUIMARÃES Professor associado e coordenador do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

MARIANA GONÇALVES MOREIRA Pesquisadora do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

GABRIELA PEREIRA VELOSO Pesquisadora do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

ELISÂNGELA DE MORAIS SILVA Mestre em Arqueologia pela Universidade Federal de Minas Gerais

CAMILA FERNANDES MORAIS Estagiária do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO O trabalho está inserido em um projeto mais amplo de Arqueologia Ambiental que analisa os impactos provocados pelas atividades econômicas na região de Minas Gerais e Rio de Janeiro, ao longo dos séculos XIX-XX.

A lavoura cafeeira, desenvolvida a partir da segunda metade do século XIX, produziu, por um lado, enorme quantidade de riquezas; e, por outro, um amplo e intenso processo de degradação ambiental identificado atualmente através dos vestígios arqueológicos presentes em grandes áreas onde se localizavam as fazendas produtoras.

As conseqüências ambientais decorrentes da produção do café são analisadas a partir de uma perspectiva interdisciplinar que articula informações provenientes de pesquisa documental / bibliográfica, da iconografia e de vestígios arqueológicos.

PALAVRAS-CHAVE Brasil, arqueologia histórica, café, escravidão, degradação ambiental

I

O trabalho aborda o impacto ambiental provocado pela expansão cafeeira dos séculos XIX e XX no Vale do Paraíba do Sul e em parte da Zona da Mata mineira, mais especificamente nos municípios de Além Paraíba e Chiador (no estado de Minas Gerais); e Sapucaia e Três Rios (no estado do Rio de Janeiro). A pesquisa desenvolveu-se no contexto da Arqueologia Preventiva realizada na região (que compreende áreas dos municípios citados) atingida pela construção da Usina Hidrelétrica Simplício-Queda Única, implantada por Furnas Centrais Elétricas S/A.

Nesta abordagem a paisagem é utilizada como categoria de análise. Paisagem aqui compreendida como um recorte espacial que guarda as marcas da lógica da produção de diversos momentos, e que, segundo Santos (1988), é um conjunto de formas heterogêneas que traz as representações das maneiras de produzir e de construir o espaço ao longo do tempo. Tais marcas, no contexto temporal e espacial do estudo apresentado, constituem vestígios arqueológicos representativos

do ciclo cafeeiro – período no qual a economia nacional se baseava na produção/exportação de café – ocorrido na região.

Cabe aqui um breve retrospecto da ocupação do território abordado. Importante ressaltar que a área, antes desta ocupação desencadeadora de sua degradação ambiental, era povoada por indígenas, sendo, posteriormente, apropriada por posseiros (pequenos proprietários).

A região de Minas Gerais que foi palco da expansão cafeeira recebeu a denominação de Zona da Mata em decorrência da densa e exuberante cobertura vegetal que possuía e que integrava o bioma Mata Atlântica. Com relação à região conhecida como Vale do Paraíba do Sul, trata-se de uma referência toponímica, visto que corresponde à área que constitui o vale formado pelo rio Paraíba do Sul que atravessa os atuais estados brasileiros de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Tais regiões, agrupadas sob a denominação “sertões de leste”, foram consideradas “zona proibida” até o início do século XIX. A Coroa Portuguesa, visando barrar os desvios do ouro pelo contrabando,

instituiu proibições e políticas de isolamento das matas do leste, contribuindo para que elas permanecessem incógnitas.

Somente a partir de 1805, já com a decadência do ouro nas Minas, os decretos da Coroa Portuguesa que proibiam a doação de sesmarias, fora das imediações do Caminho Novo¹, foram revogados e essas passaram a ser concedidas, especialmente a famílias da região mineradora em crise.

Com o decréscimo da produção aurífera, esta região passou a constituir a alternativa mais viável para a montagem de novas empresas agrícolas e para a aplicação de recursos acumulados. A expansão da fronteira representou uma alternativa à fixação de grupos sociais vinculados à mineração. Com o esgotamento das terras e das oportunidades na mais antiga área de ocupação da Capitania mineira, restava às gerações subseqüentes a migração para novas áreas, incentivadas pela política de doação de sesmarias e pelas estradas que facilitavam a penetração (Oliveira, 2004, p. 57).

O esgotamento das terras na região cafeeira fluminense, aliado ao avanço das frentes de ocupação do território², intensificou o povoamento (por parte dos cafeicultores) da Zona da Mata mineira. Entre 1811 e 1820, com a transferência da corte portuguesa e a vinda da família real para o Brasil, veio a proposta de uma nova política de interiorização, articulada por Dom João, intensificando-se as concessões de sesmarias nessa região (Oliveira, 2004). Extensas unidades produtivas foram constituídas, com mão-de-obra escrava³, configurando, assim, o que se convencionou denominar “Ciclo do Café” e propiciando o surgimento de seus barões, figuras de elevado prestígio naquele contexto. A implantação de ferrovias, a partir da segunda metade do século XIX, foi responsável por acelerar o processo de expansão das lavouras cafeeiras na região, na medida em que veio solucionar o problema de escoamento da safra⁴, ao conectar o interior aos portos marítimos.

A mão-de-obra escrava, inicialmente utilizada nas grandes plantações de café, era originária das áreas de mineração. A crise da exploração minerária teria “disponibilizado” escravos para serem empregados em outras atividades produtivas, como as lavouras de café.

1. Estrada que conduzia das Minas ao território fluminense, onde se situava o porto.

2. Dentre os objetivos de tais incursões pelas matas virgens do sertão estava a “domesticação” dos “selvagens” que as ocupavam, além, obviamente, da busca incessante por riquezas.

3. Em conseqüência à ampliação das lavouras das grandes unidades produtivas baseadas na monocultura do café, um grande contingente de escravos foi levado para a região.

4. Para além de questões de infra-estrutura, a ferrovia foi um elemento importante de integração regional, auxiliando no processo de constituição de muitos núcleos urbanos que surgiram em decorrência de sua implantação, e de indubitável relevância não apenas para a circulação de pessoas, mas também de idéias.



1. Companhia Docas de Santos, Santos, SP, entre 1900 e 1909. Fonte: Coleção SACOP, Arquivos Especiais, CMU. In: *Arquitetura do Café* / André Munhoz de Argollo Ferrão – Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, p. 26.

Embora decretada a abolição do tráfico de escravos, em 1850, ocorreu uma intensificação desse processo em âmbito regional e interprovincial. Processo que, contraditoriamente, adiou e contribuiu para o colapso da economia vigente, uma vez que houve vertiginoso aumento nos preços dos escravos, que eram utilizados pelos proprietários como garantia de empréstimos, promovendo o endividamento do cafeicultor; além de dificultar a aquisição do escravo, imprescindível ao empreendimento latifundiário.

Ainda que não seja o foco deste trabalho, cabe a observação de que, após a desagregação das grandes propriedades e a gradual dissolução do sistema – devido não somente à escassez de mão-de-obra⁵ mas a uma conjunção de fatores que incluem a degradação das terras devido à exaustiva exploração, dentre outros – foram surgindo novas relações de trabalho e categorias sociais neste cenário. Libertos e “mestiços” participaram da formação de um campesinato na região (Alves, 2008). O regime de escravidão foi sendo substituído por formas de parceria, como o *colonato* e a *meação*, onde os trabalhadores possuíam acesso parcial à terra, podendo, às vezes, adquiri-la, dando origem a pequenas propriedades familiares (Alves, 2006). Além dos casos de aquisição de terra por parte de *meeiros* e *colonos*, também o desmembramento das grandes propriedades, quando repartidas por espólio, provocou o surgimento de grande número de pequenas propriedades familiares.

5. No Brasil a escravatura foi abolida em 1888, dificultando sobremaneira a manutenção ou o desenvolvimento de atividades que envolvessem grandes quantidades desses trabalhadores nas condições em que eram empreendidas.

II

Embora não tenha havido a precedência na ocupação das “áreas proibidas”, as unidades produtivas cafeeiras dominaram o espaço e a paisagem regionais no que diz respeito à apropriação territorial para a implementação da lavoura e à edificação de estruturas de grande porte. As atividades anteriormente a cargo de posseiros deram lugar aos latifúndios, onde os impactos eram potencializados em grande escala.



2. Colheita de café – Rugendas. Fonte: Moura, Carlos Eugênio Marcondes. *A Travessia da Calunga Grande – Três Séculos de Imagens sobre o Negro no Brasil (1637-1899)*. São Paulo: USP, 2000, p. 457

A implantação de grandes latifúndios monocultores de café, na paisagem, evidenciou o caráter predatório da agricultura, no que diz respeito ao ambiente, o que não é exclusividade de um cultivo específico. Desde seu desenvolvimento, há milhares de anos, a agricultura vem provocando impactos de proporções diversas (maiores ou menores) conforme suas especificidades técnicas e/ou históricas.

Dentre os métodos predatórios do cultivo do café estava, inicialmente, a derrubada da mata. A supressão da cobertura vegetal nas áreas ocupadas, feita com o uso do machado e com o recurso da queda de árvores maiores sobre menores, era precedido por uma seleção das madeiras-de-lei, retiradas para uso em edificações ou equipamentos. Na seqüência, ocorria a queima das árvores não aproveitadas, prática herdada da agricultura de coivara indígena que era, nesses casos, levada às últimas conseqüências, consideradas as extensões territoriais atingidas. Empreitada que não garantia o sucesso das lavouras. De acordo com S. Stein, até que fosse descoberto o tipo de solo e de drenagem ideais para o cultivo, as “experiências produziram muitas terras desperdiçadas e esgotadas prematuramente ou cafezais improdutivos” (Stein, 1961, p. 29). Ao longo do tempo, por meio da vivência experimentada e de observações cotidianas, foi sendo desenvolvida certa percepção com relação aos critérios a serem utilizados para a

escolha dos terrenos. Eram julgados mais apropriados ao cultivo do café aqueles que apresentavam maior ou menor exuberância das matas que os recobriam.

A lavoura cafeeira no Brasil foi empreendida a partir de uma lógica que, desde o primeiro momento, exigia deslocamento e ampliação territorial constantes, implicando, segundo Castro, uma dinâmica de “três tempos e espaços”: havia sempre “uma faixa ou zona pioneira” onde as lavouras estavam sendo desenvolvidas; uma região de lavouras maduras em produção; e uma “região decadente”, onde a monocultura se encontrava “em regressão” (Castro, 1980, p. 50).

Este processo, que se acreditava sem fim, acabou por definir, a médio prazo, o colapso do próprio Ciclo, pelo menos no que diz respeito às suas possibilidades de expansão⁶, na medida em que os recursos territoriais eram limitados. A constante exigência por terras virgens para o cultivo determinou seu próprio limite e a destruição das matas. Na medida em que se expandiam as culturas de café, destruíam as condições necessárias à reprodução de seu ciclo.

Relacionado ao desmatamento, que envolvia todos os espaços disponíveis, (inclusive os cumes dos morros), estava o problema do dessecamento dos cursos d’água. A rede hidrográfica regional foi amplamente prejudicada ao longo de todo o ciclo de expansão do café, o que também limitou as possibilidades de manutenção dos cafezais.

Também merece referência o desenvolvimento de processos erosivos, decorrentes tanto do corte da mata original quanto das técnicas empregadas no plantio dos cafezais. A implantação das lavouras de café desencadeou a “erosão provocada pelo desconhecimento das mais simples técnicas de preservação do solo”. Isto associado à “ampla disponibilidade de novas [...] terras [...] são alguns dos fatores explicativos de uma das constantes da história do café: a permanente existência de áreas decadentes” (Castro, 1980, p. 55).

Além dos impactos referidos, as culturas homogêneas, na qual a do café se insere, provocam outras conseqüências no ambiente onde são desenvolvidas. O caráter homogêneo limita a inserção de elementos de fauna diversificada, empobrecendo de forma expressiva o eco-sistema. Por outro lado, a natureza do café e sua permanência por longos anos na mesma região levaram ao esgotamento do solo, no que diz respeito a seus nutrientes. Apesar de existirem variações relacionadas à vida média de um cafezal, esta nunca era inferior a duas décadas, sendo que em algumas

6. É importante ressaltar que o fim do “Ciclo do Café” não foi conseqüência “apenas” da destruição ambiental. O envelhecimento dos cafezais e dos plantéis de escravos deve ser visto no mesmo contexto, do qual participou também a proibição do tráfico em 1850.

áreas atingia de trinta a quarenta anos, e até mais. Após este espaço de tempo o solo estava de tal forma empobrecido que ainda hoje, passado quase um século da crise do café, existem áreas que não respondem, produtivamente, nem mesmo à formação de pastagens com o recurso de mecanização e outros tipos de insumos. É a expressão do custo, que ficou para as gerações seguintes, de toda a riqueza gerada durante o ciclo do café, que se encerrou após um longo período de crise para a qual não houve solução.

III

No campo da Arqueologia da Paisagem, a investigação sobre os impactos ambientais ocasionados pelas práticas de plantio dos cafezais nos séculos XIX e XX foi desenvolvida por meio de trabalhos de campo, tendo como ponto de partida as antigas sedes das fazendas cafeeiras. Foram percorridos os territórios dessas antigas fazendas – que se encontravam em ruínas ou em uso – presentes nos municípios de Além Paraíba/MG, Chiador/MG, Três Rios/RJ e Sapucaia/RJ. O objetivo era a observação, interpretação e registro fotográfico das evidências da degradação ambiental. Foram percorridas áreas de 25 fazendas remanescentes do período estudado, sendo que de duas delas restam apenas os alicerces.

O acervo arqueológico, portanto, é constituído pelos vestígios materiais remanescentes da antiga atividade cafeeira. Tais vestígios incluem as marcas antrópicas sinalizadas no ambiente físico pelo processo de formação das extensas áreas de monocultura do café, bem como suas antigas unidades de processamento: as grandes fazendas escravistas. Os vestígios relacionados às unidades de produção incluem as sedes das fazendas, bem como equipamentos utilizados no plantio e beneficiamento dos grãos (lavagem; secagem; despulpamento; abanação, catação e brunimento). Um aspecto a ser ressaltado é que tais marcas antrópicas se estendem por todo o território e paisagem das antigas fazendas, evidenciando o enorme custo ambiental decorrente do denominado “Ciclo do Café”.

Sendo a paisagem o recorte conceitual e espacial que traz as cicatrizes dos diferentes momentos de produção, é necessário considerar três fases distintas da apropriação econômica desse ambiente físico:

- 1) a derrubada da floresta original;
- 2) a introdução da monocultura cafeeira;
- 3) a substituição da monocultura cafeeira pela pecuária a partir da crise do café e da exaustão dos solos.

A primeira fase diz respeito à chegada da “segunda leva de invasores humanos”, a partir dos anos de 1500. Desde então, toda a extensão da floresta sofreu algum grau de intervenção, que transformou parte da

Mata Atlântica em floresta secundária, embora com características semelhantes à original. Para a região focalizada, a maior intervenção, entretanto, ocorreu, sobretudo a partir do século XIX, com o início do “Ciclo do Café”.

Acervo do Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFGM, 2008



3. Fazenda Barra do Peixe – Além Paraíba/MG.

Acervo do Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFGM, 2008



4. Fazenda Santa Alda – Além Paraíba/MG.

Acervo do Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFGM, 2008



5. Fazenda Santa Alda – Além Paraíba/MG.

A segunda fase se passa nos séculos XIX e XX, quando ocorreram as mais acentuadas formas de interferência na floresta original para dar lugar às extensas áreas de produção do café. Cabe ressaltar que, em princípio, tanto a Zona da Mata Mineira quanto a porção fluminense do Vale do Paraíba do Sul, pertencentes ao domínio dos Mares de Morro e da Mata Atlântica, forneceram condições ambientais adequadas ao desenvolvimento da economia cafeeira. Na época, era difundido o mito de que os terrenos cobertos por mata virgem eram de boa qualidade para uso agrícola. Em decorrência desta crença, os mesmos foram longamente utilizados para

o plantio do café. Segundo Ramos (1923):

Na escolha de um terreno, os agricultores não dão muita importância as suas propriedades físicas e químicas; deixam-se levar pela vegetação dominante, de modo que qualquer terreno, que estiver coberto de mata virgem, no interior dos mesmos, presta-se ao cultivo do cafeeiro (Ramos, 1923, p. 230).



6. Derrubada de floresta – Rugendas. Fonte: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes. *A Travessia da Calunga Grande – Três Séculos de Imagens sobre o Negro no Brasil (1637-1899)*. São Paulo: USP, 2000, p. 454.

Finalmente, a terceira fase foi caracterizada pelas sucessivas crises da economia cafeeira, iniciadas a partir do último quarto do século XIX, o que favoreceu a diversificação das atividades econômicas, com predominância dos empreendimentos agropastoris. Os antigos cafezais, com os solos exauridos, quando possível, deram lugar às extensas áreas de pastagem.

Exemplos dessas três fases, presentes na paisagem contemporânea, apresentam-se com extensões diferenciadas. O primeiro deles, onde a presença da Mata Atlântica era dominante, resume-se a vestígios de áreas preservadas, transformadas em unidades de conservação, para atender à recente legislação ambiental. É o caso dos topos de morros e das margens dos cursos d'água. Essas matas, contudo, embora semelhantes, não trazem as características originais da cobertura primária e nem da fauna que anteriormente as habitou. Da segunda fase, caracterizada pela produção cafeeira com intensa intervenção na paisagem, os testemunhos são as antigas unidades de produção, constituídas pelas sedes das fazendas, em ruínas ou ainda edificadas, pelas estruturas remanescentes da atividade (associadas às fazendas) e pelas áreas de cultivo das unidades produtoras. Desse momento, na paisagem, estão os vestígios da atividade na forma de impacto ambiental: ausência da mata atlântica original, solos esgotados, intenso processo erosivo, diminuição da disponibilidade de água associada ao dessecamento e

assoreamento dos cursos d'água.

A terceira fase, cuja atividade econômica ainda predomina, é representada pelas extensas áreas de pastagens. A região antes coberta pela densa floresta, e, posteriormente, pelos cafezais, está hoje transformada em amplas áreas de pastagens exploradas geralmente através de grandes propriedades.

Guerra e Botelho (1998) ressaltam a importância da variável "uso do solo", no Médio Vale do Paraíba, para se compreender o atual quadro regional de degradação das terras. Os solos da região, originados em grande parte de arenito, não são facilmente erodíveis, o que demonstra, segundo os autores, o pesado impacto da história da ocupação para o entendimento das atuais condições ambientais.

A problemática está centrada, portanto, na sistemática de cultivo do café, cujas técnicas de produção desempenharam papel decisivo na formação do atual quadro de degradação ambiental. Segundo Ramos (1923), a cultura do café ocorria de forma extensiva com o objetivo de ampliar as plantações existentes, como no caso do território paulista, ou para substituir velhos cafezais improdutivos, como no caso dos territórios mineiro e fluminense.

As antigas formas de exploração da terra para o plantio dos cafezais reuniram um conjunto de fatores que culminaram nos prejuízos ambientais hoje identificados. A ausência da proteção natural dos solos, decorrente da retirada da cobertura vegetal, o plantio em linhas morro-abaxo e o caráter extensivo da atividade cafeeira foram condições altamente impactantes. As águas pluviais, ao encontrarem terras sem proteção, com declividade média e com plantações perpendiculares à base do morro, encontraram as condições propícias ao livre escoamento, acelerando, desse modo, os processos erosivos e favorecendo a lixiviação dos nutrientes do solo. Além disso, a utilização para plantio de áreas de recarga hídrica, como nos topos de morro, favoreceu a redução da disponibilidade de água em função da compactação dos solos e da destruição de nascentes.

Retomando o mito da fertilidade dos solos cobertos por "mata virgem", na realidade ele não condiz com as características químicas reais dos mesmos. São solos muito desenvolvidos e intemperizados, incapazes de fornecer todos os nutrientes necessários ao cultivo do café, uma vez que a maior parte dos minerais foram lixiviados pelas águas pluviais. As características físicas, contudo, são adequadas ao desenvolvimento agrícola, pois são muito profundos e bem drenados. Associado a esse aspecto, o relevo forte-ondulado da região também favoreceu o desenvolvimento da planta por contribuir na infiltração da água, reduzindo o excesso de umidade superficial prejudicial à rubiácea.

Portanto, para a escolha das áreas dos futuros cafezais

os agricultores eram orientados tanto pelo mito da “vestimenta” do terreno, ao escolherem as matas virgens, quanto por um saber empírico, ao escolherem aqueles terrenos mais acidentados. Assim, para seleção das áreas das futuras lavouras, muitas vezes guiavam-se pela presença de tipos vegetais, denominados de “padrões”, como bálsamo, pão-álho, cedro branco, palmito branco, ortinguinha, fagada brava, figueira brava, figueira branca, folha larga, cambará, embaúba-verde e criciúma (Rangel, 1907).

Se, inicialmente, os terrenos apresentavam alguma fertilidade, dada pela cobertura superficial humosa da floresta, as práticas agrícolas que antecederam a plantação dos cafezais tratavam de destruí-la em seguida. Esse sistema ambiental, onde a floresta é responsável tanto pela manutenção da superfície orgânica quanto pela proteção do solo da ação das águas pluviais, ficava altamente comprometido pelos métodos de cultivo adotados. A retirada da floresta, além de deixar a terra desprotegida da ação da chuva, favorecendo a erosão, aniquilava a fonte de suprimento da matéria humosa, responsável pela fertilidade superficial. Posteriormente, o terreno era queimado, sendo destruída outra parte de seus elementos orgânicos. Para completar o ciclo de destruição, o plantio se dava morro-abaixo, ou seja, o alinhamento das covas era traçado de forma perpendicular às curvas de nível, o que favorecia o escoamento laminar e concentrado das águas, provocando diversas formas erosivas e acelerando o processo de assoreamento dos cursos d’água. O plantio morro-abaixo e a erosão do solo podem ser observados em registros iconográficos já durante o Ciclo do Café.

Aliada à forma de cultivo, facilitadora do processo erosivo, estava a própria constituição do solo regional,

classificado como argissolos e latossolos. Já foi observado que grande parte da porção fluminense do Vale do Paraíba do Sul e da Zona da Mata Mineira está em argissolos de relevo movimentado, característica favorável ao aumento do escoamento superficial e, conseqüentemente, à aceleração de processos erosivos. Nesses solos são comuns as ocorrências de erosão em sulco e erosão laminar. Já as grandes formas erosivas, como as voçorocas, são menos presentes.

Essa forma de cultivar a terra, de caráter insustentável, expressava mais uma ação deletéria da paisagem original: a prática extensiva da atividade. A terra exaurida em pouco mais de trinta anos, demandava a abertura de novas áreas para os novos cafezais. Assim, em pouco tempo, a imagem da devastação foi se alastrando pelo Vale do Paraíba do Sul. Conforme expressou Ramos, 1923:

Em vez de irem alargando, as áreas cultivadas iam caminhando para o interior do país, mas em larga escala desaparecendo da sua retaguarda, como as chamas de um incêndio, que avançassem crepitantes, por uma floresta, deixando atrás de si vastas extensões, só de cinzas povoadas (Ramos, 1923, p. 60).

Grande parte dos processos erosivos hoje encontrados na região das antigas fazendas é resultante da retirada da mata original, desprotegendo a terra, da utilização das terras para agricultura, desagregando os solos e intensificando os processos erosivos, e do fato de o substrato pedológico ser altamente susceptível à erosão.

A retirada da vegetação original, descobrindo os solos, além de acelerar a erosão, propiciou o aparecimento de plantas heliófilas, como a Taboa (*Typha domingensis*), que necessitam de ambientes ensolarados e são pioneiras em áreas assoreadas e degradadas. São plantas



7. Fazenda Santo Antônio. Sapucaia, RJ. Pintura de Nicolau Facchinetti, 1880. Fonte: Martins, Carlos; Piccoli, Valéria. Facchinetti. Rio de Janeiro: CCB, 2004, p. 58.



8., 9. e 10. Degradação Ambiental.

comuns em terrenos inundáveis em toda a região pesquisada; principalmente nas áreas baixas por onde passavam cursos d'água que foram assoreados.

A paisagem da região hoje é constituída por uma cobertura vegetal superficial rasteira e pouco diversificada, quase que homogênea; pela presença de processos erosivos (erosão laminar, concentrada, voçoroca-

mento); pelo assoreamento dos cursos d'água; e pela consequente redução da disponibilidade de água. É uma paisagem muito diferente daquela vista pelos primeiros "desbravadores" dos "sertões de leste", que ali encontraram uma região de domínio da Mata Atlântica Brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, M. A. (2005) – *A 'conquista da terra'. (re)produção social e (re)construção histórica entre agricultores familiares do município de Araponga – MG*. Belo Horizonte. (Monografia).

ALVES, M. A. (2008) – *O patrimônio de Dom Viçoso. Economia e sociabilidade entre camponeses da região da Serra do Brigadeiro – MG*. Belo Horizonte. (Dissertação de Mestrado).

BEILGUELMAN, P. (2006) – *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

BELUZZO, A. M.M. (2000) – *O Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Objetiva.

CANO, W. (1977) – *Economia do Ouro em Minas Gerais*. In: *Contexto*. São Paulo: Hucitec, (3), n.º 3, julho 1977.

CASTRO, A. B. de (1980) – *Sete ensaios sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

CASTRO, C. F. de F. (1987) – *Os Sertões de Leste: Achegas para a história da Zona da Mata*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

CYRINO, F. (2004) – *Café, Ferro e Argila: A história da implantação e consolidação da "San Paulo (Brazilian) Railway Company Ltd." através da análise de sua arquitetura*. São Paulo: Landmark.

- DEAN, W. (1977) – *Rio Claro: um Sistema Brasileiro de Grande Lavouira – 1820-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DEAN, W. (1996) – *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.
- EL-KAREH, A. C. (1982) – *Filha branca de mãe preta: a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II – 1855-1865*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda.
- FRAGOSO, J. L. (1998) – *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro – 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fundação SOS Mata Atlântica & INPE (2009) – *Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica - Período 2005-2008*. São Paulo.
- FURTADO, C. (1976) – *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional.
- GUERRA, A. J. T. e BOTELHO, R. G. M. (1998) – Erosão dos solos. In: CUNHA, S. B. E e GUERRA, A. T. *Geomorfologia do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- GUIMARÃES, C. M. e REIS, L. M. (1986) – Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700/1750). In: *Revista do Departamento de História* 2:7-36, Belo Horizonte: Fafich/UFMG.
- GUIMARÃES, C. M. e BRITO, P. C. L. de (2008) – *Escravidão e Rebelião na Província*. Belo Horizonte: *in mimeo*.
- GUIMARÃES, C. M. e VELOSO, G. P. (2008) – *Café, ferrovia e degradação ambiental na Província*. Belo Horizonte: *in mimeo*.
- GUIMARÃES, C. M. et al (2009) – Café, Impacto Ambiental e Paisagem: uma abordagem interdisciplinar. In: *Memória e práticas culturais: registro e conservação. Relatório Sintético apresentado à Furnas Centrais Elétricas S.A. como medida condicionante no contexto da implantação da UHE Simplício-Queda Única*. Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG.
- IGLÉSIAS, F. (1958) – *Política econômica do governo provincial mineiro, 1835-1889*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- LENHARO, A. (1979) – *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo: Símbolo.
- LIBBY, D. C. (1988) – *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense.
- MAGALHÃES, B. de (1980) – *O café na história, no folclore e nas Belas Artes*. São Paulo: Editora Nacional.
- MARTINS, R. B. (1983) – Minas Gerais no século XIX: tráfico e apego à escravidão em uma economia não-exportadora. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, janeiro/abril.
- MARQUESE, R. de B. (2006) – A paisagem da cafeicultura na crise da escravidão: as pinturas de Nicolau Facchinetti e Georde Grum. In: *I Seminário de História do Café: História e Cultura Material*. Museu Paulista/USP.
- MATOS, O. N. de (1990) – *Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas, SP: Pontes.
- MOURA, C. E. M. de (2002) – *O Visconde de Guaratinguetá: Um fazendeiro de café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Studio Nobel.
- O Brasil de Rugendas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998. Coleção Imagens do Brasil.
- OLIVEIRA, J. T. (1993) – *História do café no Brasil e no mundo*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada.
- OLIVEIRA, M. R. (2005) – *Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1820*. Bauru: Edusc.
- OLIVEIRA, M. R. (2004) – Terra e trabalho no processo de ocupação da zona da mata mineira. In: LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula (org.). *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira: São João Nepomuceno*. Juiz de Fora: Editar.
- PINTO, V. N. (1988) – Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- PÁDUA, J. A. de (2002) – *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- PRADO JR, C. (1989) – *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense.
- RAMOS, A. (1923) – *O Café no Brasil e no Estrangeiro*. Rio de Janeiro: Papelaria Santa Helena.
- RANGEL, S. F. (1986) – O Café. In: *Séries estatísticas retrospectiva: o Brasil, suas riquezas naturais: indústria agrícola, IBGE*.
- SÁNCHEZ, L. H. (2006) – *Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de Textos.
- SANTOS, M. (1994) – *Metamorfoses do Espaço habitado*. São Paulo: Hucitec.
- SILVA, E. de M. (2011) – *Arqueologia e coletivos indígenas: os 'purizados' do entorno da Serra do Brigadeiro/Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de Mestrado).
- SILVA, S. (1976) – *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega.
- SIMONSEN, R. C. (1978) – *História Econômica do Brasil (1500/1820)*. São Paulo: Nacional.
- SOBRINHO, M. A. (1968) – *A civilização do café – (1820-1920)*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- STEIN, S. J. (1961) – *Grandeza e Decadência do café no Vale do Paraíba: com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- TAUNAY, A. de E. (1945) – *Pequena História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: DNC.
- TELLES, A. C. da S. (2006) – *O Vale do Paraíba e a Arquitetura do Café*. Rio de Janeiro: Capivara.